

3ª CÂMARA CÍVEL

AG NO AI Nº 329891-9

NPU: 0002512-20.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: PRATEADO COMÉRCIO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA

AGRAVADO: LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA FUNDADA EM PREMISSE EQUIVOCADA. MANUTENÇÃO POR OUTROS FUNDAMENTOS. ILEGALIDADE NA COBRANÇA DE TÍTULO APONTADO A PROTESTO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA PARA ATESTAR O INADIMPLEMENTO DA PARTE. MERA DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO NÃO IMPEDE O PROTESTO E A NEGATIVAÇÃO DO DEVEDOR. REQUISITOS. PRECEDENTES DO STJ. NÃO PREENCHIMENTO NA ORIGEM. RECURSO DESPROVIDO

1 A decisão vergastada foi proferida com fulcro em premissa equivocada. Considerou-se que o vencimento do título objeto do protesto impugnado teria ocorrido antes do suposto comunicado de rescisão que a Agravante teria feito à Agravada. De fato, o título protestado e objeto do pedido de sustação/cancelamento tinha data de vencimento em agosto de 2013, posteriormente, portanto, ao mencionado comunicado de rescisão. Porém, a despeito desse equívoco, não cabe a reforma da decisão terminativa atacada por outros fundamentos.

2. A aferição da ilegalidade da cobrança do débito materializado no título apontado a protesto não se faz possível numa cognição sumária, a que se submetem os recursos de agravo de instrumento e quando a parte não traz prova inequívoca da falta de utilização dos serviços objeto do contrato que deu origem àquela dívida. Apenas com base numa efetiva instrução processual é que se irá constatar se os serviços estavam sendo utilizados de fato pela Agravante ou se houve efetivamente o inadimplemento por parte da Agravada. A procedência ou improcedência da ação de rescisão de contrato proposta na origem depende, essencialmente, da instrução do feito.

3. Segundo o entendimento consolidado no E. STJ acerca da matéria, não é a mera propositura da ação para discutir o débito que impede o protesto do título ou a negativação do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes. Para tanto, exige-se cumulativamente: a) que a ação esteja fundada em questionamento integral ou parcial do débito; b) que haja demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) seja realizado depósito da parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz. Precedentes.

4. No caso em apreço, a Agravante não preencheu nenhum desses requisitos: não discutiu especificamente o débito cujo título foi apontado a protesto; não houve a efetiva demonstração de que a pretensão se funda em aparência do bom direito, já que a elucidação dos fatos narrados depende integralmente de uma vasta instrução processual naquele feito; e, por fim, a Agravante não fez qualquer depósito na origem.

5. Recurso improvido.

31.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo no agravo de instrumento nº. 329891-9, em que figura como Agravante Prateado Comércio Importações e Exportações Ltda e como Agravado Linx Sistemas e Consultoria Ltda, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29-12-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

AG NO AI Nº 329891-9

NPU: 0002512-20.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: PRATEADO COMÉRCIO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA

AGRAVADO: LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental desferido por Prateado Comércio Importações e Exportações Ltda em face da decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento por ela interposto, mantendo a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 25ª Vara Cível da Capital, nos autos do proc. nº. 0181862-33.2012.8.17.0001, que indeferiu o pedido de cancelamento do protesto realizado pela Agravada em desfavor da Agravante e de expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito com a finalidade de promover a baixa das negativações efetuadas no nome da Recorrente, bem como o pedido para que a Agravada fosse impedida de efetuar novas cobranças atinentes ao contrato objeto de discussão.

Na decisão terminativa vergastada, registrou-se o descabimento dos pedidos do Agravante, pois o protesto do título mencionado no agravo de instrumento deu-se antes do comunicado de rescisão que a Agravante alega ter realizado. Outrossim, mencionou-se que ação originária foi proposta exclusivamente com o objetivo de ver decretada a rescisão do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, por inadimplemento da Agravada, e a condenação desta a indenizá-la pelos prejuízos de ordem extrapatrimonial suportados. Além disso, salientou-se que a Agravante não objetivou, na demanda de origem, o ressarcimento de quaisquer das parcelas do contrato pagas antes de paralisar por completo a utilização dos serviços da Agravada e de ter comunicado a sua intenção de rescindir o contrato, em setembro de 2012.

Nas suas razões recursais, alegou o Agravante que: a) não se justificava a cobrança de valores pela Agravada por serviços que não estavam sendo utilizados; b) além da Agravante ter comunicado extrajudicialmente a sua intenção em rescindir o contrato com a Agravada, com a propositura da ação, em outubro de 2012, a rescisão tornou-se clara e inequívoca; c) a cobrança indevida objeto de discussão refere-se a débito com vencimento em outubro de 2013, um ano após a rescisão do contrato e ajuizamento da ação; d) o fato do contrato que deu origem ao débito materializado no título apontado a protesto estar sendo discutido em juízo não permite que sejam feitas cobranças, apontes de título e/ou negativações referentes às dívidas relacionadas com tal negócio jurídico.

Pugnou para que fosse exercido o juízo de retratação ou, em não entendendo dessa forma este Relator, para que o recurso fosse submetido à apreciação desta C. 3ª Câmara, a fim de que

seja dado regular processamento ao agravo de instrumento, sendo posteriormente provido para reformar a decisão do Juízo singular.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 28.11.2014


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

AG NO AI Nº 329891-9

NPU: 0002512-20.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: PRATEADO COMÉRCIO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA

AGRAVADO: LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

De início, observa-se que para proferir a decisão vergastada, tomei por base o fato de que o vencimento do título objeto do protesto impugnado teria ocorrido antes do suposto comunicado de rescisão que a Agravante teria feito à Agravada.

De fato, o título protestado e objeto do pedido de sustação tinha data de vencimento em agosto de 2013, posteriormente, portanto, ao mencionado comunicado de rescisão.

Porém, a despeito desse equívoco, não cabe a reforma da decisão terminativa atacada por outros fundamentos, os quais reproduzo a seguir enfrentando as razões do presente recurso.

A Agravante invoca a ilegalidade na cobrança de valores por serviços que não estavam sendo utilizados pela Agravante. Acontece que a aferição desse fato não se faz possível numa cognição sumária, a que se submetem os recursos de agravo de instrumento e quando a parte não traz prova inequívoca da falta de utilização desses serviços. Apenas com base numa efetiva instrução processual é que se irá constatar se os serviços estavam sendo utilizados de fato pela Agravante ou se houve efetivamente o inadimplemento por parte da Agravada. A procedência ou improcedência da ação de rescisão de contrato proposta na origem depende, essencialmente, da instrução do feito.

Outrossim, cabe rechaçar a alegação da Agravante de que o fato do contrato que deu origem ao débito materializado no título protestado estar sendo discutido em juízo não permite que sejam feitas cobranças, apontes de título e/ou negativas referentes às dívidas relacionadas com tal negócio jurídico.

Primeiro porque, segundo o entendimento consolidado no E. STJ acerca da matéria, não é a mera propositura da ação para discutir o débito que impede o protesto do título ou a negativação do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes. Para se impedir tais restrições, exige-se cumulativamente: a) que a ação esteja fundada em questionamento integral ou parcial do débito; b) que haja demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) seja realizado depósito da parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz. Nesse sentido:

B. B.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. CONFIGURAÇÃO DA MORA. AUSÊNCIA DO DEPÓSITO DA PARCELA INCONTROVERSA DO DÉBITO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para afastar a mora, bem como obstaculizar ou remover a negatificação do devedor nos bancos de dados a qual depende da presença concomitante dos seguintes requisitos: a) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) efetiva demonstração de que a pretensão se funda na aparência do bom direito; e c) depósito ou prestação de caução idônea do valor referente à parcela incontroversa, para o caso de a contestação ser apenas de parte do débito. (REsp 1.061.530/RS, relatora Min. Nancy Andrighi, DJE de 10/03/2009). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, 4ª T., AgRg no AREsp 455985/MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/04/2014, in DJE 08/04/2014)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCLUSÃO DO NOME DE CONSUMIDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. POSSIBILIDADE. (...) 7. A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstaculizar ou remover a negatificação do devedor nos bancos de dados, a qual depende da presença concomitante dos seguintes requisitos: a) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) efetiva demonstração de que a pretensão se funda na aparência do bom direito; e c) depósito ou prestação de caução idônea do valor referente à parcela incontroversa, para o caso de a contestação ser apenas de parte do débito. 8. Recursos especiais providos. (STJ, 3ª T., REsp 1148179/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 26/02/2013, in DJe 05/03/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...) 2. A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstaculizar ou remover a negatificação do devedor nos bancos de dados, a qual depende da presença concomitante dos seguintes requisitos: a) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) efetiva demonstração de que a pretensão se funda na aparência do bom direito; e c) depósito ou prestação de caução idônea do valor referente à parcela incontroversa, para o caso de a contestação ser apenas de parte do débito. (Resp n. 1.061.530, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/10/2008). (...) 4. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ, 4ª T., AgRg no AREsp 333018/MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 22/10/2013, in DJe 13/11/2013)

No caso em apreço, a parte Agravante não preencheu nenhum desses requisitos: não discutiu especificamente o débito cujo título foi apontado a protesto; não houve a efetiva demonstração de que a pretensão se funda em aparência do bom direito, já que a elucidação dos fatos narrados depende integralmente de uma vasta instrução processual naquele feito; e, por fim, a Agravante não fez qualquer depósito na origem.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo irretocável a decisão atacada.

É como voto.

Recife,

29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator